

PLANO DE CURSO

Nome do Curso

Acessibilidade no Processo Eleitoral: do Cadastro ao Voto

Docente

Bruno Andrade

Mini currículo

Bruno Andrade é Doutor em Direito da Cidade (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Mestre em Direito (Universidade Estácio de Sá), possui Especialização em Direito Eleitoral (Universidade Cândido Mendes, 2009). Formado em História (UFRJ, 2006), bacharelado e licenciatura. Professor da Pós-graduação e especialização da PUC Minas, IDP e da UERJ/CEPED. Professor da Graduação da UPIS - União Pioneira de Integração Social. Autor do livro: Dados pessoais: LGPD e as eleições. Coordenador do livro Questões eleitorais contemporâneas: uma análise por servidores da Justiça Eleitoral. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep). Componente da Comissão de Membros Avaliadores Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos IBEROJUR.

Link Lattes

<http://lattes.cnpq.br/7749297813528062>

Modalidade

EAD/síncrona, a ser disponibilizado também em formato assíncrono

Carga horária total

3 horas-aula

Público-alvo

Magistradas e magistrados no exercício da jurisdição eleitoral; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nos gabinetes; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nas zonas eleitorais; e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral.

Número de participantes

Até 500 (aula síncronas);

Vagas ilimitadas (aula assíncrona)

Ementa

Curso voltado à capacitação de magistrados e servidores para aplicação prática de normas de acessibilidade em Direito Eleitoral, abrangendo cadastro eleitoral acessível, acessibilidade em locais de votação e voto e propaganda acessíveis.

Justificativa

A oferta do curso atende à necessidade de capacitação da magistratura e servidores do TSE e Tribunais Eleitorais para garantir a acessibilidade plena no processo eleitoral, conforme Resolução TSE n. 23.659/2021 e legislações correlatas, promovendo o exercício inclusivo da cidadania e o aperfeiçoamento profissional.

Objetivo Geral

Capacitar magistrados e servidores para aplicar normas de acessibilidade em todas as etapas do processo eleitoral, utilizando metodologias ativas para promoção da inclusão e equidade.

Organização e Desenvolvimento

O curso será realizado de forma assíncrona e a metodologia de exposição teórica e análise de situações concretas foram organizadas de forma a propiciar o protagonismo das/dos participantes, para que possam identificar as questões fundamentais relacionadas ao tema.

Material complementar

Vídeos tutoriais TSE sobre urna acessível; guias WCAG 2.1; exemplos de propaganda com Libras.

Atuação e responsabilidade de tutoras e tutores

Promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, responder dúvidas; acompanhar as salas on-line e orientar os grupos na realização das atividades.

Atuação e responsabilidade de alunas e alunos

Participar das atividades assíncronas, observar os avisos remetidos pela coordenação, responder a avaliação do curso e comunicar à coordenação quaisquer dificuldades.

Planejamento Pedagógico

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	CH	Recursos	Avaliação
Compreender e aplicar normas de cadastro eleitoral acessível, incluindo comunicação em Libras, áudio e braille. Identificar e mitigar barreiras arquitetônicas em locais de votação, conforme ABNT NBR 9050. Dominar recursos de acessibilidade na urna eletrônica	Cadastro Eleitoral Acessível: declaração de deficiência, isenções, comunicação acessível (Res. TSE 23.659/2021); indígenas e idioma nacional (Res. TSE 23.274/2010); WCAG 2.1 e ABNT NBR 17060. Acessibilidade em Locais de Voto: seções sem barreiras	Metodologias ativas, incluindo estudos de caso, discussões e simulações práticas para aplicação no contexto eleitoral.	3 Horas-aula	Slides Vídeos Imagens	Conforme a definição da EJE-TSE.

e propaganda eleitoral, como teclas braille e audiodescrição.	(Lei 10.098/2000, ABNT NBR 9050); auxiliar de confiança. Voto e Propaganda Acessíveis: urna com braille, áudio e Libras; propaganda com legendas e audiodescrição (Lei 9.504/1997).				
---	---	--	--	--	--

Avaliação de reação

Ao final do curso, as/os participantes preencherão um formulário de avaliação de reação que será usado como subsídio pela EJE/TSE para identificar o nível de satisfação em relação ao conteúdo, aos objetos de aprendizagem, à navegação e à organização da sala de aula virtual.

Crítérios para certificação

O certificado de participação no curso será emitido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e estará disponível para download no ambiente virtual de aprendizagem. Para obtê-lo, o participante deverá assistir as videoaulas, ler os materiais e responder a avaliação de reação do curso.

Bibliografia

BARBOZA, Heloisa Helena; PEREIRA, Paula Moura Francesconi de Lemos; ALMEIDA, Vitor. Proteção dos dados pessoais da pessoa com deficiência. In: TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato (org.). Lei geral de proteção de dados pessoais e suas repercussões no direito brasileiro. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

DIAS, Joelson; JUNQUEIRA, Ana Luísa; Souza, Bruno Cezar Andrade de. O direito à acessibilidade nas eleições. In: Revista Consultor Jurídico, 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-abr-04/direito-eleitoral-direito-acessibilidade-eleicoes>
Acesso em 24.abr.2022.

LIMA, Taisa Maria Macena de; SÁ, Maria de Fátima Freire de. As pessoas com deficiência no microsistema de proteção de dados pessoais. Revista Duc In Altum Cadernos de Direito, Recife, v. 12, n. 26, p. 27–55, 2020.

MARTIN, Andréia Garcia. As deficiências de acessibilidade no sistema de justiça: o (des)acesso à justiça da pessoa com deficiência. In: Revista de Cidadania e Acesso à Justiça. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 681 - 703 , Jul/Dez. 2016.

NOGUEIRA, Ary Jorge Aguiar. Breves considerações acerca do direito de voto dos interditados após a vigência da Lei 13.146/2015. In.: Revista Justiça Eleitoral em Debate - v. 6 n. 2, abril a junho de 2016.

Souza, Bruno Cezar Andrade de. Os limites do exercício dos direitos políticos da pessoa com deficiência. In: Revista da EMARF. Rio de Janeiro, v. 26, nº 1º, p 63-77.

Anexos

<https://www.justicaeleitoral.jus.br/acessibilidade-e-inclusao-na-democracia/>

<https://youtu.be/wC0oLKu2hXQ>

<https://www.tse.jus.br/acessibilidades-tse>

01 - Guia - Mulheres com deficiência

02 - A acessibilidade comunicacional no contexto das organizações

03 - Ambiente acessível nas organizações públicas

04 - Cartilha - Acessibilidade Comunicacional

05 - Guia – Acessibilidade

06 - Guia – Audiodescrição

07 - Guia prático - produção de audiodescrição didático

08 - Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais

09 - Tornar a informação da sua organização acessível a todos